III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MPH1193

DIRECIONAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EMPREENDEDORAS NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MARANHÃO

LARLÔ ANTONIO MACÊDO ANDRADE NASCIMENTO
RAFAEL CHAVES DA LUZ
DRª QUÉSIA POSTIGO KAMIMURA
DR. EDSON A. DE ARAÚJO QUERIDO OLIVEIRA
larlomacedo@gmail.com
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
QUESIA POSTIGO KAMIMURA
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

DIRECIONAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICASEMPREENDEDORAS NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MARANHÃO

[1]LarlôAntonio Macêdo Andrade Nascimento.

[2]Rafael Chaves da Luz

[3]Profª Dr. Quesia Postigo Kamimura
[4]Prof. Dr. Edson A. de Araújo Querido Oliveira
5

RESUMO:
A partir da constituição de 1988, ocorreram mudanças substanciais no sistema nacional, fazendo com que o Estado assumisse obrigações para com os cidadãos brasileiros, onde se estabeleceu previsões estruturais e organizacionais, com princípios regentes e impositivos. Nesta conjuntura, estão a aplicabilidade de políticas públicas e privadas alocando investimentos para garantir em parcerias com a sociedade civil organizada a sustentabilidade do desenvolvimento, mediante a sua formação tanto do empreendedorismo quanto consequentemente do capital humano, para manutenção da sociedade no sistema, com crescimento e desenvolvimento econômico. Com base neste argumento, o artigo trata do direcionamento das políticas públicas e privadas numa visão empreendedora e na formação do capital humano na cidade de Imperatriz-Maranhão. Tendo como objetivo identificar a efetivação destas políticas públicas, utilizou-se como processo metodológico, a abordagem quantitativa, através do método descritivo exploratório, com delineamento bibliográfico de cunho documental. Visualizou-se inicialmente a base conceitual e a visão dos pensadores que nortearam as temáticas citadas anteriormente. Destarte, identificou–se através da pesquisa, as políticas públicas de incentivos a isenção fiscal e os programas de formação continuada para direcionamento da formação do empreendedorismo e capital humano, frente às politicas públicas e privadas de investimento na cidade de Imperatriz.

Palavras chave:políticas públicas, empreendedorismo, capital humano.

DIRECTION OF PUBLIC POLICY IN ENTREPRENEURIAL TRAINING OF HUMAN CAPITAL IN THE CITY OF EMPRESS-MARANHÃO

ABSTRACT
*From the constitution of 1988, there were substantial changes in the national system, causing the State assumed obligations to Brazilian citizens, where they established organizational and structural predictions, regents and imposing principles. At this*juncture, are the applicability of public *and*

---

[1] Economista, mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional-UNITAU.
[2] Matemático, mestrando em Gestão e Desenvolvimento Rrgional-UNITAU.
[3] Economista, Doutora em Saúde Pública – FSP/USP, Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional – UNITAU – Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté – UNITAU
[4]Economista, professor Assistente Doutor da Universidade de Taubaté,com Doutorado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica - Área de Organização Industrial pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1998).

privatepolicies to ensure allocating investments in partnerships with civil society organizations to sustainable development through their entrepreneurship training both as a result of human capital for the maintenance of society in the system, with growth and economic development. Based on this argument, the article discusses the direction of public and private policies in an entrepreneurial vision and the formation of human capital in the city of Imperatriz, Maranhão. Aiming to identify the execution of these policies, it was used as a methodological process, a quantitative approach through exploratory descriptive method, with bibliographic delineation of documentary character. Visualized initially the conceptual basis and the vision of the thinkers who guided the themes mentioned above. Thus, we identified through research, public policy incentives and tax exemption programs for continuing education to direct the formation of human capital and entrepreneurship, in the face of public policies and private investment in the city of Imperatriz.
KEYWORDS:*public policy, entrepreneurship, human capital*.

1INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é apresentar um direcionamento de politicas públicas empreendedoras na formação de capital humano na cidade de Imperatriz-Maranhão. Buscou-se possuir uma visão clara de políticas públicas, empreendedorismo e capital humano para nortear as bases conceituais que pudesse contrapor as ideias e visão das políticas públicas que foram alcançadas ou criadas pelo governo do Estado do Maranhão na região e em especial na cidade de Imperatriz.

Visualizou-se o estudo de forma colaborativa de informação, para com a sociedade que revise de base de consulta para uma visão mais ampla do processo empreendedor e na formação do agente colaborativo e participativo neste processo tens como situação problema, a visualização de qual ou quais as politicas públicasforam implantadas na região com intuito de garantir a sustentabilidade econômica, frente a parceria pública e privada. Para definir de maneira adequada o norteio deste artigo ao objetivo é identificar a efetivação de políticas públicas empreendedoras na formação de capital humano no município de Imperatriz-MA. Na última década, mediante o investimento traçados pelo governo do Estado que viesse contrapor os anseios da sociedade e a formação do capital humano.

Mediante esta abordagem se fez uma pesquisa quantitativa de centro explorativo com delineamentobibliográficas documental que se evidencia ounão as ações propostas.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 ORDENAMENTOS CONSTITUCIONAIS DE 1988

Evidencia-se com ConstituiçãoFederal de 1988 uma série de mudanças ao sistema nacional, fazendo com que o Estado assuma obrigações e prestações perante os cidadãos, estabelecendo, além dos direitos, previsões estruturais e organizacionais, princípios regentes e impositivos conforme cita (LONDON, 2012, p. 29). Neste mesmo sentido (BREUS, 2007,p199), aborda “elementos normativos associados a opções políticas gerais com a busca ao desenvolvimento e a erradicação da pobreza e particulares, como a prestação de serviços públicos em geral”. Nesta conjuntura cabe ao Estadoa realização de interesses públicos, mediante a necessidade população por meio

de políticas públicas algumas previstas em lei, outras em ordenamento jurídico como forma de orientação aplicabilidade das ações de interesses comuns.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Na ciência política, geralmente abordamos três problemas de investigação na geral são evidenciados e investigados a luz das ciências políticas, conforme cita (LEAL, 1997, cap. I), a primeira salienta o questionamento clássico da ciência política na qual nos traz ao sistema político como tal, questionando pela ordem política certa ou verdadeira: o que constitui ser bom para o governo e qual são o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade da sociedade na geral constitui preocupações primordiais dos teóricos clássicos Platão e Aristóteles. Em segundo lugar traz um questionamento típico sobre a análise das forças públicas no processo divisório. E, por último nos leva a investigação que podem ser voltadas aos resultados de um dado sistema político vem produzindo, onde nos remete na avaliação das contribuições das estratégias escolhidas que podem trazer para soluções de problemas específicos. Nesta conjuntura conforme cita (FREY,1997), ao analisar a estratégia de campos específicos nos remete a análise de políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais, no qual o interesse da análise de políticas públicas. Observa-se que não se restringe novamente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvido e implementados pelas políticas setoriais. Como explana (WINDHOFF\MÉRITIER, 1987,p7), "leis e princípios próprios das políticas específicas", a abordagem da "policy analysis" pretende analisar "a inter- relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política" como o "arcabouço dos questionamentos `tradicionais` da ciência política.

2.2EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO ECONÔMICO

Neste sentido, a teoria econômica e a escola institucionalista, constitui ser o expoente do pensamento econômico conforme cita VERBLEN (1857-1929). No geral este pensamento econômico tem sido considerada como o ícone representação americana, destes modelos representativos do institucionalismo como cita (HUNT, 1982,p 541; DOELLINGER, 1980,p 221; VEBLEN, 1966 e 1974,p 241; OSER e BLANCHFIEL, 1983,p455).

- A economia deve ser estudada de forma sistêmica: deve-se buscar a inter-relação com o "todo econômico" e com o ambiente externo;
- A vida econômica é regulada pelas instituições e não pelas leis econômicas: o Congresso Nacional, uma empresa pública, os padrões de comportamentos grupal aderentes a uma cultura, hábitos e costumes, modo de pensar, estilo de vida, estrutura legal;
- Não existem verdades econômicaspermanentes: há que se considerar as mutações, em termos de tempo e local (aspectos conjunturais-estruturais e geográficos);
- Na medida em que reivindicam pelo estudo das instituições econômicas em termo de evolução e funcionamento com tema central da economia defendem consequentemente o conhecimento não apenas da economia, mas a história da antropologia social, da ciência política, da sociologia (abordagem "holística");
- Os institucionalistas reconhecem existência de sérios "choques de interesses" que exigem para sua superação um governo, um potencial e representativo;

- Os institucionalistas tem uma tendência a condenaro “ laissez-faire“ e reivindicam um maior envolvimento governamental em assuntos econômicos e sociais. Vale cita que neste caso antecederam Keynes;
- Os institucionalistas tem restrições a utilização da Matemática na economia, pois que esse procedimento inibiria determinantes institucionais do comportamento econômico: geralmente, o instrumental matemático ignora as mudanças que ocorrem nas instituições econômicas e sociais e no processo econômico como todo, conforme cita (SANTANA, 1999, p. 145).

Mediante esta conjuntura econômica o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico conforme afirma (HISRICH, 2009, p 36) envolve mais do que apenas o aumento de produção e de renda per capita;envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade. Notoriamente nos remete neste pensamento que o processo de crescimento econômico a inovação constitui ser o fator preponderante, levando a um pensamentológico que no mercado se existe um estímulo a investir nos novos empreendimentos, este consequentemente funciona na demanda e na oferta, expandindo a capacidade do crescimento econômico. Conforme cita (HISRICH, 2009). O novo capital criado expande a capacidade de crescimento (lado da oferta) e os novos gastos resultantes utilizam a nova capacidade e a produção (lado da demanda) para aumentar a capacidade de crescimento.

2.2.1**Movimento Empreendedor no Brasil**

Mediante relatório Global Entrepreneurship Monitor (GEM)-Monitor Global do Empreendedorismo 2001. O Brasil apresenta o seguinte resultado:

- “O Brasil possui um nível relativamente alto de atividade empreendedora”; a cada 100 adultos da população economicamente ativa, 14,2 são empreendedores, colocando-o em quinto lugar no mundo. No entanto, 41% deles estão envolvidos por necessidade e não por oportunidade;
- As mulheres brasileiras são bastante empreendedoras: a proporção é de 38% a maior entre todos os 29 países participantes do levantamento;
- A intervenção governamental possui duas facetas: tem diminuído mas ainda se manifesta com um fardo burocrático;
- O tamanho do país e suas diversidades regionais exigem programas descentralizados. As diferenças regionais de cultura e infra estrutura também exigem uma abordagem local localizada do capital de investimentos e dos programas de treinamento;
- Infra estrutura precária e pouca disponibilidade de mão-de-obra qualificada tem impedido a proliferação de programas de incubação de novos negócios fora dos grandes centros urbanos;
- Existe uma necessidade por aprimoramento no sistema educacional como um todo o que estimulará a cultura empreendedora entre os jovens adultos. Os programas mais existentes têm sido percebidos como desconectados da realidade, com pouca integração à graduação e ensino básico;
- As universidades ainda estão isoladas da comunidade de empreendedores.

Contextualizou-se no relatório a necessidade de uma inclinação e uma atenção melhor de políticas públicas voltada de forma estrutural e sistêmica para o empreendedorismo, focada na formação do capital humano (DORNELES, 2003,p 07) afirma que o empreendedorismo constitui ser um grande aliado ao desenvolvimento econômico, onde

as nações desenvolvidastem dado especial atenção e apoio as iniciativas empreendedoras por saberem ser a base do crescimento econômico, da geração de emprego e renda.
Nesta abordagem busca-se no pensamento econômico neoclássico o informe explicativo da necessidade de melhorar as políticas públicas setoriais com abordagem das desigualdades regionais, no qual se centra nos intercâmbios comerciais entre regiões conjunturalmente como cita (VERSCHOORE FILHO, 2000,p21 apud HARRY, Richardson 1995) as diferenças regionais estão relacionadas diretamente com a desiquilibrada distribuição da dotação dos fatores produtivos no território, neste sentido somente com o intercâmbio comercial se tornaria possível compensar a escarces regional de fatores como capital, mão-de-obra e matéria prima, levando-nos ao estudo das políticas públicas a luz da classes empreendedoras mediante a formação do capital humano.

2.2.2**Cultura empreendedora**

Devido as mudanças no ambiente político-econômico no Brasil na última década, buscou-se uma orientação estratégicada economia, frente aos impactos no país no mundo pós-globalizado. Neste sentido destaca-se (ANDRADE E ROSSETTI, 2004) que estabeleceu de forma sistemática cada etapa dessas mudanças em três esferas, como sendo: ambiente político, orientação estratégica e alinhamento das empresas como foco também as necessidade formação empreendedoras no mundo comparativo cabendo ressaltar a reordenação das ações econômicas junto a necessidade de governança corporativa entre governos, empresários e empresas tendo a uma análise mediante a dinâmica de estabelecer as diretrizes das políticas públicas empreendedoras frente as empresas no mundo corporativo “colaborativo”.
Inicialmente fazendo uma análise do empreendedor na formação conceitual quando são considerados princípios e ternos em uma perspectiva empresarial, administrativa e pessoal. (SHAPERO,1975,p.187) cita que, em quase todas as definiçõesdo empreendedorismo, existe um consenso de que estamos falando de um tipo de comportamento no qual abrange: “(1) tomar iniciativa, (2) organizar e reorganizar mecanismos sociais e econômicos afim de transformar recursos e situações para proveito prático e (3) aceitar o risco ou o fracasso”.
Para (VESPER,1980,p 2) existem visões conceituações para o empreendedor, dentre eles cita-se a visão do economista onde o empreendedor é aquele que combina recursos, trabalho, materiais e outros ativos; também é aquele que introduz mudanças, inovações e uma nova ordem.
Nesta mesma ordem (RONSTADT,1984) afirma que o empreendedorismo é um processo dinâmico de gerar riqueza. A riqueza é criada por indivíduos que assumem os principais riscos em termos de patrimônio, tempo e/ou comprometimentos com a carreira ou que provêm valer para alguns produtos ou serviços. Destarte ratificar-se que o produto ou serviço pode ou não ser novo ou único, mas o valor deve de algum modo ser infundido pelo empreendedor ao receber e localizar as habilidades e os recursos necessários.
Ressalta-se a visão do (HISRICH,1985) quando evidencia o empreendedorismo como um processo de criar algo novo com valor agregado, dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e da independência financeira e pessoal. Analisando esta abordagem o processo de buscar um novo empreendimento, seja introduzir novos produtos em mercados existentes em novos mercados e/ ou a

criação de uma nova organização, levamos ao um processo de empreender como afirma (LUMPKIN, 1996).

2.3 CAPITAL HUMANO

Observa-se na economia mundial uma dinâmica crescente no processo de inovações, na qual gera valor agregado e estas são ultrapassadasdiariamente.
Nesta visão torna-se notório que a ferramenta mais importante de uma empresa constitui ser seu capital humano.
Entende por capital humano no conforme afirma (SULLIVAN, 2003) a soma de diversas peculiaridades individuais, valores, cultura, filosofia da empresa, personalidade que favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor econômico, educação, perícia e experiência, ou seja, a somatória de diversos ativos intangíveis. E estes intangíveis podem ser perdidos pelas entidades com muita facilidade. Ressalta (ARMOSTI, 2010) instrumentos na formação dos profissionais buscando aprimoramento caracteriza valor ao seu capital humano, na qual valoriza o empreendimento consequentemente, no entanto deve-se criar mecanismo na sua preservação desse valioso patrimônio, pois em nenhum momento a entidade pode considerar-se "proprietária" desse capital.
Destarte importante citar na abordagem de (SEM, 2000,p 334) o uso do concerto de "capital humano" que se concentra apenas em uma parte do quadro (uma parte importante, relacionada à ampliação do com puto dos "recursos produtivos") e com certeza uma iniciativa enriquecedora. Mas precisa de suplementação, pois os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo.

3. MÉTODOS

Ao analisar o tema proposto no qual foi "Direcionamento de políticas públicas empreendedoras na formação de capital humano na cidade de Imperatriz-Maranhão" buscou-se evidenciar o seu objetivo que foi identificar a efetivação de políticas públicas empreendedoras na formação do capital humano no município de Imperatriz baseado na ultima década. Neste sentido identificamos uma pesquisa de conhecimento científico pois como afirma (MARCONI;LAKATOS,2000, p.30-34) são característica do conhecimento científico a racionalidade , pois é constituída por conceitos, raciocínios ideias combinadas segundo um conjunto de regras lógicas ;objetividade pois ao procurar concordar com seu objeto verificando a adignação das ideias aos fatos; analítico ao decompor o todo em suas partes componentes e transcendente aos fatos quando descarta fatos, produz novos fatos e os explica.
Quando aos objetivos constitui ser uma pesquisa exploratória, pois "tem o proposito de considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado", conforme afirma (GIL. 2010,p 27).
Utilizamos quanto ao método uma pesquisa bibliográfica com delineamento documental, pois inclui material impresso, artigos, dissertações, teses e leis de órgãos públicos conforme cita (GIL. 2010).

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Direcionamento de políticas públicas como estratégias de desenvolvimento do Maranhão e em especial região Tocantina e Imperatriz.

O governo do Estado do Maranhão através da Lei Complementar nº 108 de 21 de novembro de 2007, delibera a criação a nova regionalização com a divisão do Estado em 32 regiões de planejamento SEPLAN, (2008). Visa com esta ação descentralizar ações administrativas e a implementação do planejamento descentralizado tendo como objetivo desenvolvimento sustentável das regiões, fortalecendo os municípios através das parcerias de políticas públicas e privadas através da sociedade civil organizada. Nesta conjuntura afirma o governo do Estado do Maranhão Jackson Lago (2007), as políticas públicas serão implementadas de forma mais efetiva e concreta numa nova relação Estado-Território, voltadas para a valorização do potencial das regiões, para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense.

Neste sentido a Região Tocantina conforme demonstra mapa abaixo é composta pelos municípios de Amarante do Maranhão, Burutirana, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene e Senador La Roque.

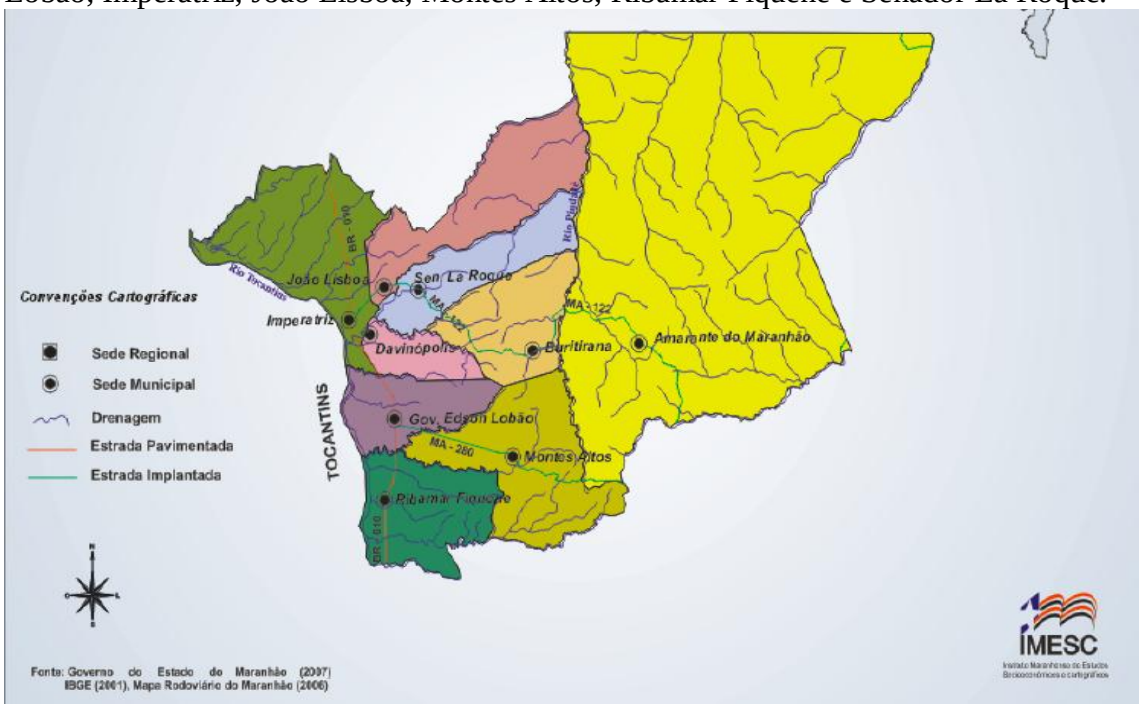

Figura 1 – Mapa da Região Tocantina
Fonte: Governo do Estado do Estado do Maranhão (2007), IBGE 2001

Tendo na região Tocantina e em especial Imperatriz uma população residente extremamente jovem com maior concentraçãona faixa etária de 15 a 29 anos conforme demonstra gerando abaixo com fonte IBGE (2007)-Perfil da região Tocantina 2008.

Tabela1. População residente, por faixa etária, segundo municípios Maranhão 2007.

Região e municípios	Faixa Etária																	
	Menos de 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	Mais de 80
TOCANTINS	6.790	28.077	38.680	37.958	38.960	37.174	32.156	26.341	22.447	20.139	15.981	13.774	11.153	8.888	7.109	5.347	3.414	3.816
Amarante do Maranhão	904	3.802	4.771	4.120	3.903	3.427	2.847	2.240	1.841	1.619	1.289	1.174	1.032	825	658	469	282	345
Buritirana	272	1.161	1.499	1.498	1.480	1.200	1.035	735	608	590	518	454	407	340	272	201	135	147
Davinópolis	233	1.042	1.469	1.306	1.325	1.164	965	685	631	550	472	409	384	301	252	181	131	162
Governador Edison Lobão	276	1.108	1.534	1.461	1.755	1.539	1.201	930	776	796	663	535	411	326	287	198	121	140
Imperatriz	4.007	16.126	22.744	23.110	24.363	24.569	21.587	17.999	15.401	13.875	10.796	9.102	7.129	5.491	4.272	3.278	2.111	2.350
João Lisboa	370	1.603	2.277	2.223	2.200	1.987	1.622	1.398	1.106	980	813	710	628	516	468	353	231	260
Montes Altos	150	731	1.066	1.070	912	704	697	606	548	460	365	363	287	257	198	169	115	126
Ribamar Fiquene	150	629	842	834	796	659	589	504	410	381	291	269	227	193	151	120	63	62
Senador La Rocque	428	1.875	2.478	2.336	2.226	1.925	1.613	1.250	1.126	888	774	758	648	639	551	378	225	224

Fonte: IBGE

E com um Produto Interno Bruto-PIB com taxa média de crescimento anual de 2002\2006 de Imperatriz 1,138 conforme demonstra quadro abaixo com fonte: IMESC-Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e cartográfico e IBGE 2007 fez-se um planejamento de investimento.

Tabela 2. Evolução do Produto Interno Bruto per Capita e taxa média de crescimento anual, segundo municípios-Maranhão 2002-2006

Região e municípios	PIB per capita (em R$)					Taxa média de crescimento anual 2002/2006
	2002	2003	2004	2005	2006	
TOCANTINS	2.833	3.290	3.694	4.446	4.794	1,141
Amarante do Maranhão	1.595	1.857	2.121	2.221	2.592	1,129
Buritirana	1.406	1.710	1.934	1.956	2.126	1,109
Davinópolis	1.482	1.702	1.891	2.094	2.244	1,109
Governador Edison Lobão	2.535	3.287	3.271	3.627	5.520	1,215
Imperatriz	3.488	3.973	4.467	5.515	5.820	1,136
João Lisboa	1.439	2.187	2.479	2.897	3.139	1,215
Montes Altos	1.612	1.885	1.955	2.596	2.705	1,138
Ribamar Fiquene	1.903	2.658	3.264	3.546	3.889	1,196
Senador La Rocque	1.848	2.063	2.521	2.784	3.226	1,149

Fonte: IMES\IBGE

Conforme demonstra quadro de salário médio de estoque de emprego formal, por atividade-tendo como fonte RAIS 2006.

Tabela 3. Salário médio e estoque de emprego formal, por atividade segundo os municípios- Maranhão 2006.

Região e municípios	Extrativa Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais de Utilidades		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária	
	Nº emprego	Salário Médio (R$)	Nº emprego	Salário Médio (R$)	Nº emprego	Salário Médio (R$)	Nº emprego	Salário Médio (R$)	Nº emprego	Salário Médio (R$)	Nº emprego	Salário Médio (R$)	Nº emprego	Salário Médio (R$)	Nº emprego	Salário Médio (R$)
OCANTINS	66	568,25	3.371	531,00	394	1.633,87	614	641,83	11.774	541,62	8.507	715,67	6.308	676,93	1.230	452,25
Amarante do Maranhão	16	538,39	8	479,05	-	-	-	-	33	410,47	30	513,39	184	426,31	56	421,49
Buritirana	-	-	-	-	-	-	-	-	6	340,83	-	-	313	446,77	30	355,07
Davinópolis	-	-	105	434,86	-	-	-	-	32	381,60	5	426,00	108	655,00	10	384,09
Governador Edison Lobão	10	493,76	393	656,03	-	-	-	-	76	499,76	95	391,16	265	452,31	72	437,64
Imperatriz	29	598,73	2.780	522,89	394	1.633,87	588	644,42	11.537	543,34	8.252	729,63	3.754	741,12	801	463,00
João Lisboa	1	502,15	51	332,07	-	-	26	583,31	56	474,91	103	765,97	525	420,26	108	443,76
Montes Altos	-	-	3	362,19	-	-	-	-	3	542,44	17	472,57	184	424,94	29	438,71
Ribamar Fiquene	10	608,75	27	391,51	-	-	-	-	15	580,45	-	-	357	482,90	72	507,80
Senador La Rocque	-	-	4	376,77	-	-	-	-	16	362,08	5	1.693,91	618	983,47	52	421,47

Fonte: raiz

Imperatriz apresenta significativos dados nos setores extrativos minerais, indústria de transformação, serviços industriais de utilidades, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuário, no qual propicia e potencializa novos investimentos.

Como o intuito de atrair novos investimentos para o Estado do Maranhão foi aprovado em 2010 o decreto nº 26.689 de 30 de junho de 2010. SEFAZ(2010), mais uma política pública no qual possui como objetivos incentivar à implantação de novas indústrias e agroindustriais, ampliar, relocalizar e reativar industrias e agroindústrias entre outras. Cabe ressaltar, que para alcançar estes objetivos traçaram-se as seguintes estratégias:

I - Integração e complementação da matriz industrial do Estado;

II- Transformação, no próprio Estado dos seus recursos naturais e insumos agropecuários;

III- Interiorização do processo industrial, visando a redução das disparidadesinter-regionais;

IV- Avanço tecnológico do setor industrial maranhense

V- Geração de emprego.

Neste mesmo intuito como forma de atender as futuras demandas o governo do Estado do Maranhão criou o Programa Maranhão Profissional em 05 de junho de 2012 (Maranhão Profissional site) uma política pública voltada para o setor de capacitação profissional. Observa-se uma efetivação de política pública volta a formação de um capital humano direcionada aos investimentos do governo do Estado mediante a aplicabilidade de uma política pública privada com curso englobando diversas áreas respeitando as culturas das regiões englobando conforme a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC) cursos técnicos e de formação inicial e continuada, que

contemplam, construção civil, contabilidade, eletrônica, gestão, conservação e zeladoria, idiomas, informática, lazer, mecânica, meio ambiente, metalurgia, moda e vestiário, saúde, telecomunicação, turismo, todos de forma gratuitas. Ressalta-se que o programa engloba níveis de educação como formação inicial e continuada, capacitação técnica, capacitação tecnológica, graduação e pós-graduação. Observa-se neste processo que demandas de investimento para Imperatriz aparada pelo governo do Estado, estudo conforme figura abaixo (SEDINC ,2012) está:Fábrica de Celulose\Suzano, Energia\UNE Serra Quebrada\Beneficiamento de Leite\Palete, Alimentos\Imperatriz shopping\Franere Construções.

Figura 02 Mapa de investimento no Maranhão
Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Industria e Comércio –SEDINC

Masem nível de Maranhão o governo do Estado apresenta parceria pública privada conforme cita a SENDIC (2012) com: Petrobrás, Alumar, Vale, Suzano Papel e Celulose, Universidade Estadual (UEMA) e Federal do Maranhão (UFMA), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) além das secretarias de Estado de Educação (SEDUC) e de Trabalho e Economia Solidária (SETRES)

5. CONCLUSÃO

O propósito deste artigo foi o de apresentar o direcionamento de políticasempreendedoras na formação de capital humano na cidade de Imperatriz-Maranhão.Para tanto identificamos e nos subsidiamos de informações nas bases conceituais sobre a formação de políticas públicas, empreendedorismo e capital humano para subsidiar a pesquisa. No geral os dados encontrados ordenaram a partir da constituição de 1988 a formação de políticas públicas que ordena as obrigações e deveres tanto do Estado, quanto dos cidadãos e entre eles encaminhamento de princípios, diretrizes a alocação de recursos e investimento para garantir em parcerias

com a sociedade civil organizada a sustentabilidade ao crescimento e desenvolvimento econômico. Nesta percepção visualizou que existem políticas públicas e privadas no Estado do Maranhão no ordenamento de isenção de imposto para formação tanto de cadeira produtora quanto a base de formação de empreendedorismo. Existem políticas públicas e privadas na base de formação de capital humano na formação de qualificação profissional em diversos níveis frente aos investimentos alocados pelo governo do Estado do Sul do Maranhão e consequentemente na cidade de Imperatriz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE. Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolv**
Atlas, 2004.

ARNOSTI. Jose Carlos, Melchior. NEUMANN, Regina Aparecida. OLIVEIRA, Elizabeth CastroMaur
intelectual: reconhecimento e mensuração. Curitiba: Juruá,2010.
BREUS, Thiago Lima. **Políticas Públicas no Estado Constitucional: problemática da concretização**
Administração Pública brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2007. Campus, 1982.

DECRETO Nº 26.689 DE 30 DE JUNHO DE 2010. http://portal.sefaz.ma.gov.br/portalsefa
02.outubro.2013.

DIAS. Hélio de Lara. **Estrutura do capital humano alocado nas atividades de planejamento e co**
Ribeira, Estado de são Paulo. UFP Curitiba.
:http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/24954/Dissertacao_HELIO_2010_Versao_U
em 02.de outubro de 2013.
DOELLINGER, Carlos V. **O Desenvolvimento Econômico Segundo uma Interpretação Institucio**
Pública. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v. 14, nº 1. 1980.

DORNELAS José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FREY. Klaus. **A trajetória do plano territorial de qualificação no paraná no contexto das políticas**
renda.
1997.Disponível.emhttp://www.scirus.com/srsapp/search?q=POL%C3%8DTICAS+PUBLICAS+EMPRE
Acessado em 5 de outubro de 2013.
FREY. Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da a**
brasil.UFSC.1997.

GIL. Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOUVÊA. Anna beatriz Cautela Tvrzskáde. **Estudo das características pessoais, profissionais e empre**
empreendedorismo feminino das empresárias de Blumenau, SC,UFSC
:http://proxy.furb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=609. Acessadoem 05 de outubro .2013

HISRICH. Robert D. .e BRUSH. Candida G. **The Woman Entrepreneur: Starting, Financing, and Ma**
Lexington,Ma : Lexington Books, 1995
.
HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. ***Rio de Janeiro***: Civilização Brasileira, 2002.

LEAL, Rogério Gesta. **Teoria do Estado: cidadania e poder político na modernidade.** Porto Alegre: Li

LONDON.MaureenPaciornik.**As audiências públicas como instrumento de controle das decisõe públicas.**, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.**CURITIBA, UFP, 2012.**

LUMPKIN. G.T.e DESS. G. **Clarilying the Entrepreneurial Orientation Construct and Linkin** Management Review 21. 1996

MARANHÃO. Profissional. Disponível em : www.ma.gov.br/maranhãoprofissional/conheçaoprograma

Maranhão. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento**. Regiões de Planejamento do Estado do do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográ Maranhão** SãoLuis-Ma.2008 Disponível em : http://www.seplan.ma.gov.br/dados/anexos/regioe 11.outubro 2013

Maranhão. **Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Regiões de Planejamento do Esta Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartog Maranhão._ São Luís: SEPLAN,** 2008.http://www.seplan.ma.gov.br/dados/anexos/regioes_planejame 2013

MARCONI, M de A; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 6ed São Paulo: Atlas, 2007.

MONITOR. **Global Entrepreneurship**.BabsonColege EUA/ London of Business.2001.

OSER, Jacob; BLANCHFIELD, William C. **História do Pensamento Econômico.** São Paulo: Ed. Atlas,

PEREIRA. Maria Adriana Silva. **A formação como investimento em capital humano, emprego e inse Educação e Formação de Adultos.**Universidade do Minho Escola de Economia e http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25170/1/Adriana_dissertacao_2013.pdfAcessado em 0

Perfil da Região do Tocantins 2008 **/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.**v. 1 (2009)_ . _ São Luís : IMESC,2009 - http://www.imesc.ma.gov.br/ Acessado em 01 outubro 2013.

SANTANA. Luiz Vamberto. **Avaliação de políticas públicas setoriais: o fator retro alimentador na demanda de políticas econômicas pelo setor florestal no Brasil o complexo papel-celulose.** Curitiba.UFP.1999. http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080//dspace/handle/1884/28896. Acessado em 05.outubro de 2013

Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologias. http://www.sectec.ma.gov.br/ Acessado em 12.outubro.2013

Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC http://www.sedinc.ma.gov.br/paginas/view/default.aspx Acessado em 12.outubro.13

SEM. Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo Companhias das Letras, 2000.

SHAPERO. Albert. **Entrepreneurship and Economic Development.**The Center for Venture Management, Summer 1975.

SULLIVAN. Arthur ;STEVEN M. Sheffrin. **Economics: Principles in action. Upper Saddle River**, New Jersey 07458: Pearson Prentice Hall, 2003.
VEBLEN, Thorstein. **Teoria da Empresa Industrial**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1966.

VERSCHOORE FILHO. Jorge Renato de Sousa**. Metade Sul: uma analise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Porto Alegre**. UFRG .2000.

VESPER.Karl. **New Venture Strategies** (ENGLEWOORD Cliffs, NJ Prentice Hall,1980)

WINDHOFF-Héritier, Adrienne. **Policy-Analyse: eineEinführung**. Frankfurt am Main/New York: Campus, 1987.

ZAMPIER. MARCIA APARECIDA. **Desenvolvimento de competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: estudo de casos de MPE´s do setor educacional**.UFP.Curitiba 2010. Disponível em : http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/23979/Dissertacao%20Final%20050510.pdf?sequence=1Acessado em 08. de outubro 2013